

ПОТЭМКИН

v.1, n.1, 2019.



APRESENTAÇÃO

Os trabalhadores e a expansão da educação profissional no Brasil

POR MICHEL GOULART DA SILVA

Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

Em sua primeira edição, a Potemkin, revista teórica de debates e reflexões sobre educação e mundo do trabalho publicada pelo Sinasefe Litoral, traz um especial que pretende refletir sobre os dez anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada em dezembro de 2008. Esse tema tem sido objeto de ampla comemoração pelos gestores dos institutos federais, principalmente diante dos ataques que a educação profissional vem sofrendo nos últimos anos. Nesta primeira edição da revista pretende-se apresentar algumas reflexões realizadas pelos trabalhadores que constroem cotidianamente nossas instituições. Embora a educação para o trabalho não seja uma grande novidade, inclusive no Brasil, ela surgiu enquanto um conjunto de instituições mais ou menos estruturadas somente no começo do século XX. Durante décadas, as escolas de artífice, técnicas, agrotécnicas, agrícolas, os CEFETS, enfim, um conjunto de instituições respondeu às necessidades do capitalismo para cada realidade específica. Se em

um determinado momento histórico havia a necessidade de formar em técnicas básicas os trabalhadores da indústria, com o rápido desenvolvimento a partir dos anos 1930 foi preciso também qualificar a força de trabalho diante das formas de reorganização da produção agrícola. A história da educação profissional é a história do desenvolvimento econômico e da dinâmica das relações de produções, ligada organicamente ao modo de produção capitalista. A trajetória da educação profissional sempre esteve marcada por mudanças ou reformas em suas estruturas e concepções, que visavam adaptá-la às novas relações de produção existentes ou em germinação. Não é possível, por exemplo, separar as políticas de reformas do ensino médio e da educação técnica promovidas pelo governo FHC e o processo de consolidação do “trabalho flexível”.

Com a falência do projeto político chamado de “neoliberal”, abriu-se espaço para a subida ao governo de setores genericamente chamados de progres-

Edição

Michel Goulart da Silva

Revisão

Thaís Aparecida D. Tolentino

Projeto Gráfico

André Altman

Capa e Ilustrações

André Altman

Diagramação

João Moura

Tiragem/Gráfica

500 exemplares/Kasburg

Conselho Editorial

Cloves Alexandre de Castro – IFC

Gabriel Magalhães Beltrão – IFAL

Liamara Teresinha Fornari – IFC

Liane Vizzotto – IFC

Marcus Fernandes Marquasso –

IFSULDEMINAS

Mateus Gamba Torres – UnB

Maurício Gariba Júnior – IFSC

Ricardo Scopel Velho – IFC

uma produção

SINASEFE Litoral

Rua Pedro H. Amorim, 169. Ap 101

Centro, Camboriú/SC.

CEP: 88340-215

(47) 3365-1982

www.sinasefe-ifc.org/litoral

potemkin@sinasefe-ifc.org

Distribuição Gratuita

Acesse também em:

potemkin.sinasefe-ifc.org

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

P861 Potemkin / Sinasefe Litoral. Vol. 1, n.1 (ago. 2019). Camboriú (SC): Sinasefe Litoral, 2019-58p. : 23cm

Anual. ISSN 2674-8045

1. Ensino profissional.
2. Formação profissional.
3. Institutos federais.
4. Sindicatos - Periódicos.

CDD 371.425

Elaborado por Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422

sistas, em diferentes países da América Latina. No caso do Brasil, depois de promover um duro plano de austeridade, atacando principalmente a seguridade social pública, os governos do PT se lançaram a um processo de expansão da educação pública federal. Esse processo esteve estruturado centralmente pela criação de novas unidades educacionais, visando o aumento do número de jovens matriculados, sem que isso significasse a garantia de um ensino com a qualidade necessária. No processo de expansão, o aumento do orçamento das instituições estava associado a um conjunto de critérios de produtividade que passavam, entre outras coisas, pela ampliação numérica da relação entre professores e alunos.

No caso da educação profissional, o processo mais recente de políticas públicas está associado à busca por uma “educação cidadã”. Nas últimas décadas, a reconfiguração da exploração capitalista tem apostado, entre outras coisas, na formação de trabalhadores versáteis, capazes de atuar em diferentes setores dentro da produção e que dominem minimamente as novas tecnologias. Na perspectiva “cidadã”, o trabalhador não estaria inserido na produção como um mero objeto, uma peça mecânica, mas alguém que reflete sobre a produção e o mundo ao seu redor. Nesse processo, vende-se a falácia de que o trabalhador atua ativamente não apenas no processo de produção, mas também nas decisões da empresa, ao mesmo tempo em que associa sua cidadania (entendida de forma simplória como direitos políticos e sociais) de forma automática à sua vida de trabalho, imaginando-se como um “colaborador” da empresa e iludindo-se com as mentiras ditas pelos ideólogos do “empreendedorismo”.

Os institutos federais, ao completar dez anos, são uma expressão dessa perspectiva cidadã. Em meio à falta de investimentos na educação, essas instituições acabaram se destacando não apenas nacional, mas inclusive internacional. Contudo, sua compreensão de formação “cidadã” está voltada para um profissional com elevado nível técnico e não para um trabalhador que busca uma efetiva emancipação, o que só poderia ocorrer com a derrubada do capitalismo. Essa formação “cidadã” está embasada por ideologias de apassivamento e aceitação da lógica do capital. Uma das consequências disso está no fato de que as explicações científicas da sociedade que apontam para a superação do capitalismo, por exemplo, o marxismo, são apresentadas como interpretações da realidade que, tendo talvez alguma validade em outro momento histórico, teriam sido superadas pelas novas relações de produção do atual sistema econômico.

Neste especial, ao refletir sobre os dez anos da Rede Federal, busca-se problematizar seus diferentes aspectos, em especial as formulações teóricas que lhe sustentam, o seu processo de expansão e a forma como nela se expressam as políticas governamentais. Uma das principais preocupações está justamente em avaliar a situação concreta dos trabalhadores que constroem as instituições, refletindo sobre os problemas e contradições enfrentados em seu cotidiano. Com o debate apresentado no presente especial esperamos contribuir com os trabalhadores da Rede Federal em seu processo de formação política e teórica e de organização. ↗

